



## O MUNDO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI: O CASO DOS TRABALHADORES POR APLICATIVO

Zaqueu Lima Ferreira<sup>1\*</sup>, Karina Furini da Ponte<sup>2</sup>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4518-4539> ; <https://orcid.org/0000-0002-5780-6449>

<sup>1</sup> Discente do curso de Geografia na Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.; <sup>2</sup> Professora dos cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre Rio Branco, Acre, Brasil.

\* [limaferreira1612@gmail.com](mailto:limaferreira1612@gmail.com)

Recebido em: 23/02/2022. Aceito em: 13/06/2022. Publicado em: 15/07/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.1-3>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender as formas de precarização, exploração e controle evidenciados pelos trabalhadores de aplicativo vinculados às empresas de tecnologia de transporte de passageiros e de entrega de alimentos, como por exemplo, a Uber, Uber Eats e Ifood. Como metodologia foram realizadas leituras e discussões de referências bibliográficas, como também de artigos e reportagens sobre a temática. Assim, este artigo traz uma discussão teórica e prática a partir das principais referências no tema em debate, informações e coletas em entrevistas com os trabalhadores de aplicativo. Para isso, trouxe a discussão sobre crise estrutural do capital, reestruturação produtiva, novas morfologias e trabalhadores de aplicativo com enfoque para demonstrar as formas de precarização destes trabalhadores.

**Palavras-Chave:** Trabalho; precarização; trabalhadores de aplicativo.

### *THE WORLD OF WORK IN THE 21<sup>ST</sup> CENTURY: THE CASE OF WORKERS BY APPLICATION*

### ABSTRACT

This article aims to understand the forms of precariousness, exploration and control evidenced by application workers linked to passenger transport and food delivery technology companies, such as Uber, Uber Eats and Ifood. As a methodology, readings and discussions of bibliographic references were carried out, as well as articles and reports on the subject. Thus, this article brings a theoretical/practical discussion from the main references on the topic under debate and information collected in interviews with application workers. For this, it brought the discussion about the structural crisis of capital, productive restructuring, new morphologies and application workers with a focus to demonstrate the forms of precariousness of these workers.

**Keywords:** work; precariousness; application workers.

## ***EL MUNDO DEL TRABAJO EN EL SIGLO XXI: EL CASO DE LOS TRABAJADORES POR APLICACIÓN***

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo comprender las formas de precariedad, explotación y control que evidencian los trabajadores de aplicaciones vinculados a empresas tecnológicas de transporte de pasajeros y entrega de alimentos, como Uber, Uber Eats e Ifood. Como metodología se realizaron lecturas y discusiones de referencias bibliográficas, así como artículos e informes sobre el tema. Así, este artículo trae una discusión teórica/práctica a partir de los principales referentes sobre el tema en debate e información recopilada en entrevistas con trabajadores de la aplicación. Para ello, trajo la discusión sobre la crisis estructural del capital, la reestructuración productiva, las nuevas morfologías y la aplicación de los trabajadores con el foco en evidenciar las formas de precariedad de estos trabajadores.

**Palabras clave:** Trabajo; precariedad; trabajadores de la aplicación.

### **1. INTRODUÇÃO**

O trabalho representa um conceito chave na produção e reprodução do espaço e dos sujeitos ao ser o elemento de mediação na aquisição das suas necessidades. Assim, a sociedade foi se formando a partir desta relação entre homem e natureza. Aqui temos a gênese do significado de trabalho, uma interação dinâmica do homem com a natureza que foi se intensificando temporalmente e ganhando outros significados na sociedade.

Nesse sentido, o artigo apresentado assume a centralidade do trabalho como conceito norteador das discussões e análises. Seu objetivo é compreender as novas modalidades de trabalho a partir dos trabalhadores de aplicativo e quais suas maneiras de precarização.

A pesquisa é resultado de um trabalho teórico construído a partir das leituras e discussões de referências bibliográficas como também de artigos e reportagens de jornais, revistas e sites que possibilitaram ter um encontro inicial com o mundo do trabalho e os trabalhadores de aplicativo. Como também de entrevistas preliminares com cinco trabalhadores de aplicativo a partir de conversas ao longo das corridas, ou seja, em sua rotina de trabalho.

Para isso, as discussões do artigo caminham pelo percurso dos elementos que resultaram na crise estrutural do capital desencadeada nas décadas de 1960/70 e como resposta a isso, aborda a reestruturação produtiva, onde acontece a reestruturação do padrão produtivo, reorganização do ciclo produtivo, novas formas de acumulação mais flexível e seus reflexos no mundo do trabalho.

Sendo então um reflexo do Toyotismo e das novas formas de acumulação do capital, caracterizado por uma produção vinculada à demanda, visando atender as exigências mais individualizadas, requerendo um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional e

polivalente. Como também os ataques incessantes a classe trabalhadora ao trazer a flexibilidade produtiva para o universo dos trabalhadores a partir do enxugamento de postos de trabalho, retirada de direitos trabalhistas, criação e acentuação de novas formas de trabalho que seguem o cenário com terceirização, informalidade, trabalho intermitente e os trabalhos mediados pelas tecnologias.

Portanto, todas essas informações servem como alicerce para entendermos os casos dos trabalhadores que usam as plataformas e aplicativos como ferramentas no processo de prestação de serviços e suas relações com novas tecnologias da informação e comunicação, onde se tornam vulneráveis a uma acentuada exploração, subordinação e controle que as empresas (plataformas/aplicativos) estabelecem sobre os trabalhadores.

## **2. TRABALHO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA**

O trabalho representa a condição que possibilitou a origem da nossa sociedade. Por meio do modo de produção estabelecido em cada sociedade, o trabalho foi se constituindo por relações e organizações que historicamente lhe são próprias e isso trouxe dois conceitos distintos sobre trabalho: o trabalho ontológico e o cotidiano

Para entendermos melhor esses dois conceitos, destaca-se o trabalho em sua essência, onde o mesmo é voltado para as necessidades de sobrevivência do homem, uma relação homem e natureza. Dessa forma, o trabalho, no sentido geral, é a troca metabólica que homem e natureza estabelecem entre si no processo da produção, num intercâmbio de energia e matéria corpórea (MOREIRA, 2016, p. 53).

Dentro desse entendimento, o trabalho ontológico pode ser compreendido como a ação de transformação do homem sobre a natureza e, através das relações estabelecidas entre homem-natureza, ele lhe imprime formas que resultam na formação da sociedade, no espaço geográfico. É o elo que une trabalho e geografia, como se explica a seguir:

A relação metabólica homem-natureza é o elo que une trabalho e geografia num só elemento, o homem sendo o que a geografia oferece à natureza e a natureza o que oferece ao homem, numa relação orgânica de trabalho que tudo transforma em sociedade especialmente organizada num ponto predeterminadamente localizado da superfície terrestre (MOREIRA, 2016, p.54).

O trabalho cotidiano é o ato de gerar produto a partir da relação de transformação dos elementos naturais e este pode diferir conforme os tipos e momento histórico de cada sociedade, pode-se exemplificar como o trabalho comunitário, escravo, assalariado. Essa categoria de

trabalho se distingue em duas formas: o trabalho concreto e abstrato. O trabalho concreto é a atividade individual por meio da qual se gera um determinado produto; já o trabalho abstrato é o que gera e se expressa no valor, relação valor e trabalho (MOREIRA, 2016). Essa forma de trabalho se diferencia por ser encontrada somente na sociedade capitalista moderna, que se caracteriza pela sociedade do trabalho, uma relação societária caracterizada pela presença do trabalho abstrato-produtor e fruto do valor-trabalho (valor de troca). Também, sua centralidade se divide em trabalho morto, trabalho encarnado na máquina e trabalho vivo, detendo a presença física direta da força de trabalho.

Segundo Moreira (2016), o trabalho é um tema histórico na geografia. Podemos destacar alguns enfoques: temos o metabolismo homem-natureza, onde o trabalho é a mediação entre homem e a natureza no processo e transformação do meio, isso no sentido de existência em sociedade. Temos ainda o enfoque da relação sociedade-espço, nesse caso o trabalho está relacionado com o ato de produção recíproca da sociedade e do espaço. Sendo assim, a sistematização de dois planos conceituais, como destaca Moreira (2016): a relação metabólica homem-natureza da ontologia geográfica e relação sociedade-espço da geografia do trabalho/geografia dos movimentos sociais.

Portanto, o trabalho representa a essência da sociedade enquanto mediação no processo de transformação e produção das necessidades dos sujeitos, como também se torna um conceito chave nas análises geográficas. Assim, assumimos a centralidade do trabalho como elemento fundante de nossa análise.

### **3. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

A crise estrutural do capital representou o esgotamento e ruptura do sistema produtivo vigente (fordismo e a fase keynesiana), que passou a dar sinais de declínio com as seguintes evidências: queda da taxa de lucro; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolista; a crise do “welfare state” ou do “Estado do bem-estar social” e o ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o consequente transbordamento da luta de classe. (ANTUNES, 2002)

Assim, a crise estrutural do capital

encontra suas raízes profundas em uma crise secular de produtividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em primeiro lugar, o grande deslocamento do

capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente as das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, o surgimento de excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970, [...] as raízes da estagnação e da crise atual estão na compressão dos lucros do setor manufatureiro que se orientou no excesso de capacidade e de produção fabril, que era a expressão da acirrada competição internacional (BRENNER, 1999 apud ANTUNES, 2002, p.30).

Como resposta à crise do capital, iniciou o processo de reorganização produtiva do capital, uma reorganização do ciclo produtivo, cujas evidências foram o neoliberalismo, desregulamentação dos direitos do trabalho e a flexibilização do setor produtivo. Ocorreu uma mutação no interior do padrão de acumulação, visando alternativas para melhorias no processo produtivo que dava sinais de esgotamento, pois se caracterizava por um padrão baseado no trabalho parcelar e fragmentado, produção em série.

A eclosão das revoltas dos operários trazia consigo questionamentos aos pilares constitutivos da sociabilidade do capital, principalmente o que desrespeitava ao controle social da produção. Uma verdadeira revolta operária contra os métodos tayloristas e fordistas de produção. Esses movimentos operários intensificaram ainda mais a crise do capital e trouxe as bases sociais, ideológicas e políticas para a necessidade de retomada do processo de reestruturação do sistema.

A reestruturação produtiva foi um novo formato que visava recuperar o ciclo reprodutivo e a dominação social, abalada pelas revoltas dos trabalhadores. O Toyotismo instaurou uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho, possibilitando um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional e polivalente, uma nova forma de organização do trabalho. Visava retomar o seu patamar de acumulação do seu projeto global de dominação.

Para exemplificar esse novo modelo de reestruturação, os setores produtivos, visando ampliar a escala do lucro, aumentaram a produtividade com baixos custos. Nesse sentido, os produtos passaram a ter menos qualidade e assim, menos tempo de duração. A produção capitalista torna-se inimiga da durabilidade dos produtos. Como cita Antunes (2002), um sistema de 'softwares' torna-se obsoleto e desatualizado em tempo bastante reduzido, levando o consumidor à sua substituição, pois o novo sistema não é compatível com os anteriores, tornando a circulação do produto mais ágil com retorno rápido do lucro.

Além disso, o novo padrão de acumulação flexível se fundamenta num padrão produtivo organizacional (liofilização organizacional) e tecnologicamente avançado,

caracterizado pela introdução de computadores no processo produtivo e de serviços, centrado em uma estrutura produtiva mais flexível, a inclusão de novo gerenciamento da força de trabalho como o trabalho em equipe, cuja finalidade é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, eliminando o trabalho improdutivo (que não cria valor como exemplo as atividades de manutenção, inspeção de qualidade), que agora é incorporado ao trabalho produtivo. É a “empresa enxuta”, que reduz a força de trabalho e apesar disso têm maiores índices de produtividade. Dessa forma, no mundo do trabalho, isso refletiu na desregulamentação dos direitos do trabalho; fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização; terceirização da força humana de trabalho e a destruição do sindicalismo de classe. Tudo foi visto, pelo sistema do capital, como um caminho possível de superação da crise de acumulação.

O Toyotismo, uma forma de organização do trabalho, diferencia-se do fordismo nos seguintes aspectos:

<b>TOYOTISMO</b>	<b>FORDISMO</b>
Produção vinculada à demanda, produção variada e heterogênea.	Produção em série, em massa e homogeneizada
Trabalho operário em equipe, com funções multivariadas	Caráter parcelar com a divisão do trabalho
Produção flexível. Operário operava simultaneamente várias máquinas.	Trabalhador operava em uma máquina, detentor de uma única função.
Estoques são mínimos (sistema Kanban)	Produção em massa, grandes estoques.
Empresas com estrutura horizontalizada, a produção não se limita somente no interior da fábrica, cerca de 25%, transferindo a terceiros grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo.	Estrutura verticalizada, 75% da produção era realizada no interior da fábrica.
Organiza os círculos de controle de qualidade (CCQs), a discussão do trabalho e desempenho, apropriação do intelectual e cognitivo do trabalho.	Divisão entre “quem pensa (trabalhador do chão da fábrica) em quem executa (engenheiro)”

Organização: do autor

**Fonte:** ANTUNES (2002)

#### **4. AS NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO NO BRASIL: CASO DOS TRABALHADORES POR APLICATIVO**

No Brasil, as novas morfologias do trabalho iniciadas em 1990, trouxeram transformações que intensificaram as desregulações nas esferas do mundo do trabalho como resultado da reestruturação produtiva.

Fazendo um breve recorte histórico, o capitalismo industrial acentuou seu processo de acumulação industrial, no Brasil, a partir do período getulista com a política de substituição das importações e o investimento estatal nas atividades industriais que ocorreram em 1930. Em seguida, por Juscelino Kubitschek, nos anos de 1950, houve a abertura para o capital internacional com a chegada das multinacionais. E a partir do golpe militar, na década de 1960, que acelerou a industrialização e internacionalização do Brasil e como consequência gerou um arrocho salarial e aumento da desigualdade social.

As primeiras alterações no padrão de acumulação se deram na década de 1980, centrada no tripé produtivo estatal, capital nacional e capital internacional. Desde então, como destaca Antunes (2013), foi possível verificar as primeiras mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços em nosso país, mesmo que num ritmo muito mais lento do que aqueles experimentados pelos países centrais, que viviam intensamente a reestruturação produtiva de capital e seu corolário ideológico neoliberal. Nesse ritmo, intensificaram-se as novas formas de acumulação flexível, o enorme enxugamento da força de trabalho, consequência das novas mutações sociotécnicas no setor produtivo, flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais.

Destacamos um setor que sofreu mudanças com essas novas morfologias e reestruturação produtiva, o setor financeiro. Os trabalhadores bancários foram fortemente atingidos pelas novas tecnologias de base da microeletrônica e pelas mutações organizacionais, surgindo a terceirização, contratação em tempo parcial e a introdução de call centers. Portanto, como consequência, houve o aumento da precarização dos empregos, redução de salário e redução de direitos sociais. Além disso, os bancos passaram a fazer ajustes organizacionais nas agências físicas e redução do quadro de funcionários.

Outro exemplo das novas morfologias do trabalho no Brasil, que representa a terceirização, foi a introdução de call center, caracterizado por uma enorme ampliação de empregos, jornada de trabalho parcial, atividade marcada pela exploração e controle da força

de trabalho. Uma empresa de prestação de serviços por meio do atendimento telefônico ligando empresa e consumidor.

O novo padrão de acumulação flexível possibilitou a retomada do ciclo de valorização do capital e para alcançar esse objetivo, no mundo do trabalho, aquilo que conhecemos por direitos trabalhistas, passaram a sofrer um significativo processo de erosão e corrosão. Sendo então responsável pelas elevadas formas de precarização do trabalho, a era da informatização do trabalho, da acumulação digital, marcada pela informatização do trabalho e terceirização.

As novas estruturas do trabalho no Brasil, dentre elas a informalidade, dispõe das seguintes características: trabalhos submetidos a contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando fora ou no espaço produtivo das empresas. Aqui podemos exemplificar citando os trabalhadores informais tradicionais, incluídos nas atividades que requerem baixa capacitação, são os menos instáveis, voltados para atividades, na maioria das vezes, de prestação de serviço, são eles os pedreiros, as costureiras, o vendedor ambulante etc. Também os trabalhadores informais assalariados sem registro, os que realizam trabalhos em domicílios prestando serviços às grandes empresas. Além disso, temos os trabalhadores informais por conta própria que são os produtores simples de mercadorias, usando da sua própria força de trabalho ou de familiares. Portanto, a informalidade é sinônimo de precariedade. (ANTUNES, 2013)

A terceirização também compreende as novas modalidades e modos de ser da precarização, como se explica a seguir.

Em síntese, a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gerenciamento / organização / controle que discrimina e, em simultâneo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano (ANTUNES, 2018, p. 183)

As formas de trabalho terceirizadas representam um acentuado processo de precarização, pois, os trabalhadores trabalham mais e recebem menos com a redução dos salários. É pioneira em burlar direitos, tendo um papel decisivo no processo de corrosão do trabalho, desestruturando ainda mais a classe trabalhadora e seu tempo de trabalho. Segundo Antunes (2018) esses trabalhadores são os que mais morrem e se acidentam, pois, ficam mais expostos aos riscos enquanto não tem capacitação e qualificação para exercer a atividade.



Dentre essas novas morfologias do trabalho no Brasil, destaco ainda o caso dos trabalhadores por aplicativos. Essa nova morfologia utiliza das plataformas digitais e da ‘internet’ no processo de trabalho através de aplicativos como, por exemplo: Uber, 99, “IFood”, etc. oferecendo tanto serviços de transporte de passageiros como de entrega de alimentos.

Os trabalhadores por aplicativos não são considerados empregados das empresas de tecnologia, mas sim prestadores de serviços, já que utilizam das plataformas digitais para mediar a relação entre consumidor e serviço. Com isso, evidencia-se a negação do assalariamento, trabalho precarizado, negação de direitos e garantias. Os trabalhadores além de não terem salários, renda ou jornada garantida em seus contratos, não gozam de qualquer direito, mesmo quando conseguem um serviço (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020).

Também vale destacar a ideia de liberdade e flexibilidade propagada pelas empresas que passam para os trabalhadores, que eles podem trabalhar quando e onde quiser, e ainda fazer seu tempo de trabalho, quando, na verdade, estão transferindo os riscos no intuito de aumentar o controle sobre os trabalhadores. A liberdade colocada é resumida pela ausência de salário garantido. Dessa forma, veremos que o discurso de liberdade se contradiz com algumas medidas de controle para com os trabalhadores pelas plataformas e aplicativos, como, por exemplo: determinam quem pode trabalhar; determinam qual a atividade que será feita e como serão efetuadas; determinam o prazo para execução do serviço; os trabalhadores devem ser assíduos e não negarem serviços; pressionam os trabalhadores a ficarem mais tempo à disposição através do uso de incentivos e recorrem ao bloqueio para ameaçar os trabalhadores e tantas outras formas de controle (Idem, 2020).

Todas essas medidas de controle mantêm os trabalhadores em uma completa instabilidade, convertendo-se o regimento acima descrito em um poderoso instrumento de gerenciamento e controle da força de trabalho pelos algoritmos. Um verdadeiro controle que resulta na vulnerabilidade e subordinação, que se potencializa com as tecnologias da informação e comunicação.

Além disso, ao observar as jornadas de trabalho destes trabalhadores evidenciam-se rotinas extensas e exaustivas, pois trabalham geralmente 6 dias da semana com folga variando os dias da semana, e rodam com o carro/moto de 10 a 12 horas de trabalho diários, sendo que acabam trabalhando em horários de maior movimento (início da manhã, horário do almoço, no final da tarde e nos finais de semana pela madrugada).

A justificativa para o aumento da rotina de trabalho ocorre devido à baixa remuneração das corridas repassadas pelas empresas; o gasto excessivo com o veículo (seu instrumento de trabalho) e principalmente, pela alta do preço dos combustíveis.

Nesse sentido, as consequências da exaustiva rotina de trabalho refletem em vários problemas de saúde para os trabalhadores por não ter rotina de alimentação e descanso, além de privá-los de acompanhar o cotidiano da família.

Outra forma de controle sobre os trabalhadores de aplicativo diz respeito a forma de remuneração, pois não compreendem os valores recebidos pelas corridas já que são os algoritmos que controlam. E como já ressaltamos, a baixa remuneração impõe ao trabalhador o aumento de sua jornada de trabalho.

Outro fato relevante para constar na análise diz respeito à posição do trabalho no aplicativo. Primeiramente, a maioria destes sujeitos praticavam esta categoria de trabalho como complemento de renda devido a sua “liberdade” de horários. Atualmente, sua maioria tem a renda do trabalho por aplicativo como a única fonte de renda, e em alguns casos, a única renda de toda a família.

A questão da remuneração mensal dos trabalhadores também tem reflexo nas rotas e destinos de suas corridas. Com a alta exacerbada dos combustíveis nos últimos meses, há uma desistência e cancelamento elevados na aceitação das corridas pelos trabalhadores. Ou seja, quando a distância do passageiro está a mais de 3 km o motorista não aceita a solicitação.

Nesse sentido, o aumento do cancelamento e desistência nas corridas pelos trabalhadores proporciona o aumento do desligamento dos trabalhadores pelo aplicativo. Este aspecto demonstra o controle da empresa-aplicativo sobre o trabalhador. Alegam serem prestadores de serviço, com liberdade para escolher seus horários, suas rotas, seus passageiros, porém evidenciam-se, na prática, que os trabalhadores não podem escolher passageiros, rotas, desconhecem a remuneração de seu trabalho, ou seja, não são autônomos, mas sim controlados pela empresa.

No objetivo inicial de atrair o trabalhador, as empresas realizam uma convincente propaganda, onde trabalhar com a mesma é realizar atividades laborais com ampla flexibilidade, vocês fazem o seu horário de trabalho, locais e forma de trabalho, uma verdadeira farsa, porque, na prática, são obrigados a trabalhar mais para garantir sua sobrevivência, já que sua remuneração advém da quantidade de horas trabalhadas, e o próprio trabalhador é responsável pelos seus instrumentos de trabalho (carro ou bicicleta) sua manutenção e gastos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade centrada no trabalho foi sofrendo processos de modificações ao longo dos tempos ocasionado alterações no espaço e no próprio sujeito. Assim, na sociedade capitalista a supremacia do trabalho abstrato fez prevalecer o lucro ao invés do sujeito, transformando tudo em mercadoria.

Nesse sentido, a precarização do trabalho não é nada atual, porém a partir do processo de reestruturação produtiva fez reforçar as novas morfologias e assim, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, o crescimento do trabalho informal, terceirização etc. Como também novos modos de trabalho e vida, novas inovações no campo da tecnologia e da força de trabalho, tornando obsoletos e descartáveis os homens e mulheres que trabalham.

Assim, a reestruturação produtiva nos leva a refletir que este processo pressupõe uma nova categoria de sujeito na sociedade medido pelo valor de seu trabalho. A competitividade imposta ao trabalhador para garantir seu lugar no processo produtivo e, conseqüentemente, sua própria subsistência, acentua o individualismo, o que impede que os trabalhadores se unam na luta por uma causa comum. Sendo intensificado ainda mais as elevadas formas de exploração do trabalho, pois o temor do desemprego e da possibilidade de um trabalho muito mais precário, faz com que os trabalhadores se acomodem na zona de exploração e precarização, perdendo a todo tempo seus direitos trabalhistas. As pressões de mudanças visando maior produtividade, as maiores exigências de decisões acertadas, são alguns dos desafios vivenciados por esta classe neste momento de reestruturação.

Muitas dessas novas morfologias do trabalho estão gerando ou agravando essas condições, isto é, provocando desemprego e subemprego, precarizando as condições de trabalho e levando à perda de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, com grande impacto sobre os trabalhadores e trabalhadoras. Como é o caso dos trabalhadores por aplicativos nos quais são expostos a uma acentuada exploração e controle do trabalho, risco a saúde e a vida, que resulta na vulnerabilidade e subordinação, pautado pela desvinculação de regulamentação trabalhista e ausência de vínculo empregatício, consolidando assim, a precarização do seu trabalho.

## 6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990**. Revista da faculdade de Letras da Universidade do Porto. V. 27, p.11–25, set, 2013.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

MOREIRA, R. **A Geografia do espaço-mundo**: Conflitos e superações no espaço do capital. 1 Ed. Rio de Janeiro: consequência Editora, 2016.